

HABEAS CORPUS Nº 548.978 - SP (2019/0358488-9)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : CICERO SALUM DO AMARAL LINCOLN E OUTROS
ADVOGADOS : JOSE MAURICIO CAMARGO - SP292417
CICERO SALUM DO AMARAL LINCOLN - SP0319219
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUILHERME SPITZER DE ANDRADE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar formulado em **habeas corpus** impetrado em favor de GUILHERME SPITZER DE ANDRADE, contra v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça de São Paulo.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de onze anos e oito meses de reclusão em regime inicial fechado pela prática dos delitos previstos no art. 33, **caput**, art. 35 e art. 40, V, todos da Lei n. 11.343/2006, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, impetrou a defesa **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, sendo a ordem denegada.

No presente **writ** o impetrante sustenta que não há fundamentação concreta na sentença condenatória que negou ao paciente o direito de recorrer em liberdade.

Requer a revogação da prisão preventiva ou sua substituição por medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Decido.

De uma perfunctória leitura da r. sentença condenatória que negou ao paciente o direito de recorrer a liberdade, mantendo a decisão que decretou a prisão preventiva, tem-se que a prisão estaria devidamente fundamentada na necessidade de acautelamento da ordem pública.

Na hipótese, a sentença condenatória está fundamentada, no ponto,

nos seguintes termos, **verbis**:

"Nego aos réus o direito de recorrer em liberdade, por ser o tráfico crime gravíssimo, equiparado a hediondo, envolver enorme quantidade de droga e por terem os réus se associado para a prática do crime, indicando que a manutenção da prisão é necessária para garantia da ordem pública e futura aplicação da lei penal" (fl. 58).

A análise dos autos, portanto, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade no que concerne à determinação da segregação cautelar, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Denego, pois, a liminar.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao juízo da 2º Vara da Comarca de Itu/SP e a autoridade tida como coatora.

Abra-se vista ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator